

FORMAÇÃO TERRITORIAL, ECONOMIA E PROJETOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA PAN-AMAZÔNIA

Irenildo Costa da Silva¹

Nohra León Rodríguez²

O objetivo que envolve este artigo está centrado no esforço analítico para contextualizar a formação socioespacial e a economia da Pan-Amazônia, assim como os processos de integração regional, algo que podemos dizer estar muito relacionado e associado ao desenvolvimento e implantação dos megaprojetos na região. O gigantismo da Pan-Amazônia é algo que possibilita vantagens e desvantagens. Por um lado, o culto ao mítico, ao lendário, seus encantos e belezas despertam curiosidades e desejos de conhecê-la e senti-la de perto; por outro lado, há as ambições por usufruir dos recursos presentes na região. O artigo se encontra dividido em três partes, para além da introdução e das considerações finais. Na primeira, a análise está centrada no processo de formação histórica da região, o que se deu por meio da disputa dos interesses internacionais nos recursos presentes nos ecossistemas amazônicos. Na segunda, é discutida a economia da região, a qual se configura em torno das atividades extrativistas, o que tem servido apenas para o enriquecimento dos grandes países centrais que as exploram. Por fim, na terceira parte são discutidas as iniciativas em torno das articulações de cooperação para o melhor usufruto da região e seus potenciais.

Palavras-chave: Pan-Amazônia; economia; integração regional; megaprojetos; recursos.

TERRITORIAL FORMATION, ECONOMY AND REGIONAL INTEGRATION PROJECTS IN PAN-AMAZON

The objective involved in this article is centered on the analytical effort to contextualize the socio-spatial formation and the economy of the Pan-Amazon, as well as the regional integration processes, which we can say is closely related and associated with the development and implementation of megaprojects in the region. The Pan-Amazonian gigantism is something that brings advantages and disadvantages. On the one hand, the cult of the mythical, of the legendary, its charms and beauties arouse curiosity and desire to get to know it and feel it up close, and on the other hand, the ambitions to enjoy the resources present in the region. The article is divided into three parts, in addition to the introduction and final considerations. In the first, the analysis is centered on the process of historical formation of the region, which took place through the dispute of international interests in the resources present in Amazonian ecosystems. In the second part, the economy of the region is discussed, which is configured around extractive activities, which has only served to enrich the large central countries that exploit them. Finally, the third part discusses the initiatives around cooperation articulations for the best use of the region and its potentials.

Keywords: Pan-Amazon; economy; regional integration; megaprojects; resources

1. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Orcid: <<https://orcid.org/0000-0001-5822-8735>>. E-mail: <irenildo.silva@ifam.edu.br>.

2. Professora na Universidade Nacional da Colômbia (UNAL) e coordenadora de pós-graduação do Departamento de Geografia na UNAL. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-3310-6149>>. E-mail: <nleonr@unal.edu.co>.

FORMACIÓN TERRITORIAL, ECONOMÍA Y PROYECTOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL DE LA PANAMAZONIA

El objetivo involucrado en este artículo se centra en el esfuerzo analítico para contextualizar la formación socioespacial y la economía de la Panamazonia, así como los procesos de integración regional, que podemos decir está estrechamente relacionado y asociado al desarrollo e implementación de megaproyectos en la región. El gigantismo panamazónico es algo que trae ventajas y desventajas. Por un lado, el culto a lo mítico, a lo legendario, sus encantos y bellezas despiertan la curiosidad y el deseo de conocerlo y sentirlo de cerca, y por otro lado, las ambiciones de disfrutar de los recursos presentes en la región. El artículo se divide en tres partes, además de la introducción y las consideraciones finales. En el primero, el análisis se centra en el proceso de formación histórica de la región, que se dio a través de la disputa de intereses internacionales por los recursos presentes en los ecosistemas amazónicos. En la segunda parte, se discute la economía de la región, que se configura en torno a actividades extractivas, que solo ha servido para enriquecer a los grandes países centrales que las explotan. Finalmente, la tercera parte discute las iniciativas en torno a articulaciones de cooperación para el mejor aprovechamiento de la región y sus potencialidades.

Palabras clave: Panamazonia; economía; integración regional; megaproyectos; recursos.

JEL: F63; F01; F02; M13; Q34.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm27art1>

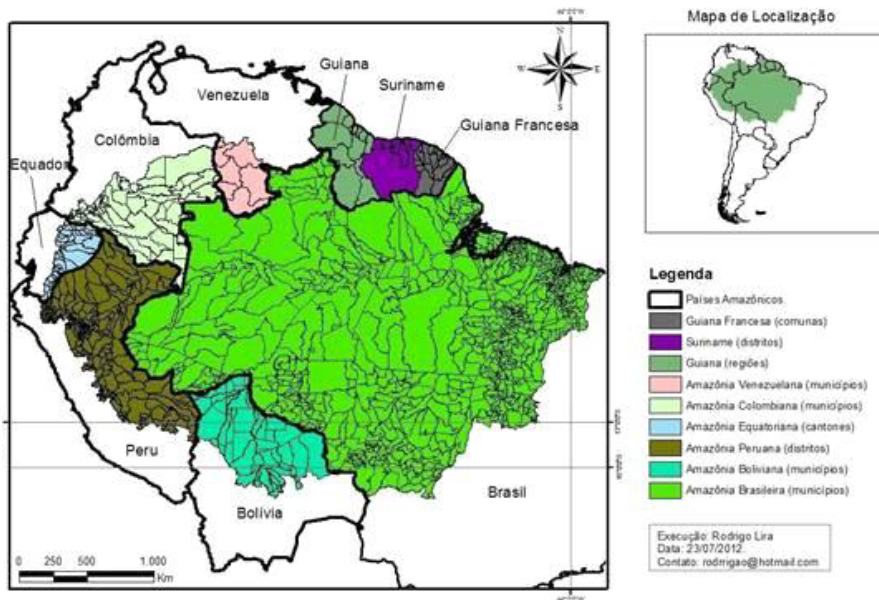
Data de envío do artigo: 23/9/2021. Data de aceite: 10/12/2021.

1 INTRODUÇÃO

A Pan-Amazônia, sobre a qual nos ocuparemos aqui em análises, também denominada por alguns autores como Amazônia continental, Grande Amazônia, Amazônia internacional ou Amazônia Sul-Americana (Aragón, 2011; Becker, 2007; Castro, 2012; Costa, 2009; Nogueira, 2014; Penna Filho, 2013; Souza, 2013; SUDAM, 2020), se refere aos espaços pertencentes à drenagem da bacia amazônica (mapa 1). Em termos territoriais, essa região abrange uma área de 7,8 milhões de km², envolvendo áreas de oito países e a Guiana Francesa (departamento ultramarino da França). A extensão dessa grande região equivale a 60% da superfície da América Latina e 4,9% da área continental mundial, sendo considerada a maior floresta tropical latifoliada e bacia hidrográfica do mundo (CEPAL, 2013; RAISG, 2015). Por sua grande biodiversidade, sua extensa rede hidrográfica, sua diversidade cultural e pelo importante papel na regulação do clima mundial, a região tem chamado atenção do mundo de diversas formas.

MAPA 1

Pan-Amazônia e sua localização nos respectivos países dos quais faz parte



Fonte: Aragón (2018).

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A extensão da região amazônica é bastante significativa nos países dos quais faz parte, representando 58,8% do território brasileiro, 43,3% da Bolívia, 42,4% da Colômbia, 46,9% do Equador, 60,9% do Peru, 49,5% da Venezuela e 100% nos territórios da Guiana, Guiana Francesa e Suriname. A região se estende por 12 macrobacias e 158 sub-bacias, compartilhadas por 4.969 municípios e 68 departamentos, estados ou províncias, configurando-se um território de altíssima diversidade socioambiental, com uma população de 33 milhões de habitantes, incluindo 385 povos indígenas (RAISG, 2015). A maior parte da população amazônica, segundo Aragón (2018), está concentrada principalmente em áreas urbanas, o que inclui cidades com mais de 1 milhão de habitantes. Exemplos dessa afirmativa são as cidades de Belém e Manaus, as duas situadas na Amazônia brasileira. Existe ainda na região um total de 610 áreas naturais protegidas e 2.344 territórios indígenas, os quais ocupam 45% da superfície da Pan-Amazônia. Os povos indígenas representam uma diversidade cultural, com uma enorme quantidade de idiomas e 650 dialetos (PNUMA e OTCA, 2008). A soma das riquezas natural e cultural presentes nos diversos ecossistemas da Pan-Amazônia tornam a região de fundamental importância para o desenvolvimento da humanidade.

Para Cervo (2013), a vasta riqueza em recursos e reservas naturais na Pan-Amazônia a caracteriza como região estratégica, especialmente em termos econômicos, políticos e ambientais, para os Estados-nações que integram parte de seus territórios. A concentração de recursos naturais nos ecossistemas amazônicos tem provocado a disputa desses recursos pelas grandes potências mundiais (Souza, 2013), bem como os esforços de cada nação para administrar e incorporar seu respectivo “naco” de Amazônia aos seus territórios. Para isso, programas governamentais têm sido direcionados para a integração e o desenvolvimento dessa região, os quais têm provocado profundas mudanças e impactos na estrutura econômica, demográfica e ecológica, com diversas intencionalidades de usufruto de florestas, terra, águas, minerais e biodiversidade. A cobiça e a exploração dos recursos no decorrer do tempo têm gerado grandes transformações na paisagem, na composição da população e na perspectiva para o futuro, o que se apresenta como um perigo para a manutenção dos elementos naturais e culturais, os quais caracterizam a região (RAISG, 2020).

Com a incorporação dos bens amazônicos ao mercado, houve a corrida dos países da região para tornar tais recursos em fonte de renda importante para os Estados a partir da segunda metade do século XX (Little, 2013). Embora cada país tenha sua especificidade no que se refere aos interesses sobre a sua parte amazônica, é comum entre eles o desenvolvimento de estratégias para explorar os vastos recursos da região (os minerais, o potencial energético, madeiras, petróleo, entre outros). Para isso, os governos têm optado pelos acordos comerciais e de cooperação como forma de facilitar a exploração econômica da Amazônia, dentro de um processo que visa promover a integração regional/comercial. O interesse maior é criar condições e possibilidades de conectar todas as amazônias, com a finalidade de proporcionar fluidez no processo exploratório. Entretanto, é importante ressaltar que os esforços governamentais são condizentes com a retirada de riquezas sem que proporcionem grandes benefícios e retornos para o desenvolvimento socioeconômico da região.

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), o mais importante e específico para a Pan-Amazônia e os megaprojetos de infraestrutura e exploração dos recursos da região são parte da dinamização do papel que a região desempenha dentro do processo de desenvolvimento econômico para cada país e para a região, de maneira geral. Entretanto, não se deve pensar a região apenas a partir de questões econômicas; é preciso levar em conta as questões ambientais e sociais. Uma investigação se faz necessária para avaliar as características dos megaprojetos em desenvolvimento ou pensados para a região, do ponto de vista do seu impacto econômico, ambiental e social. Além disso, considera-se interessante analisar também as tratativas dos pactos pela cooperação e integração regional

da Pan-Amazônia, o que permitirá lançar luz sobre o futuro econômico, social e ambiental da região.

Diante de tudo isso, o que se busca nesta proposta de investigação científica é um esforço que permita analisar o processo de cooperação e integração regional da Pan-Amazônia, apresentando os interesses por trás desse processo e as estratégias envolvidas para tal finalidade. Além do mais, busca-se apresentar e discutir os impactos dos megaprojetos em desenvolvimento ou pensados para a região, a fim de proporcionar uma visão acerca dos grandes investimentos para a exploração dos recursos amazônicos. Antes de tudo, faz-se interessante realizar uma análise centrada no processo de formação histórica da região para que o possa entender as tratativas dos pactos de cooperação e o surgimento dos megaprojetos na Pan-Amazônia. Para alcançar tais objetivos, toma-se como metodologia a consulta de livros, documentos técnicos e artigos científicos, além de outros trabalhos que abordam as questões aqui consideradas.

De uma análise geral, levando em conta os acontecimentos do passar dos séculos, desde as primeiras explorações que irromperam no novo mundo e das profundas transformações ocorridas, é possível ressaltar que a configuração atual da Pan-Amazônia continua refletindo os ecos da cristalização de uma conjuntura que condensou a correlação de forças entre as potências europeias ao longo do século XVI. Isso simultaneamente deu origem à fragmentação e repartição do vasto espaço amazônico, o qual constituía até então uma só unidade. A história nos mostra, e assim confirma o mapa da Pan-Amazônia atual, que os descendentes das grandes potências da época (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Holanda, entre outras) conseguiram se estabelecer nesse vasto território, contra a vontade da população que já habitava a região – os povos nativos, denominados a partir de então como “índios”.

A leitura que se faz desse contexto nos permite refletir que a Pan-Amazônia atual é produto do aprofundamento de um longo processo que começou no século XVI e que ainda não terminou. A região tem se configurado como uma das últimas fronteiras extrativas do planeta e se prepara para mais um dos assaltos dentro das tentativas de sua vinculação ao circuito global de produção e comércio, o mesmo que desde muito tempo converteu em mercadoria a diversidade biológica da região e que prossegue hoje nessa mesma direção com os discursos e práticas relacionados com a conservação ou exploração.

A Pan-Amazônia, a partir de meados do século XX, e avançando nos primeiros anos deste século, se torna palco da implantação e operação dos megaprojetos (exploração mineral, de petróleo, agropecuária, madeira, construção de hidrelétricas, entre outros) para explorar o potencial econômico do solo, da floresta e da água da região. Ocorre uma espécie de redescoberta da grande região,

na qual os países amazônicos se encorajam no delineamento de planos para a valorização dessa região e na intensificação de grandes projetos de interconexão transfronteiriça no âmbito rodoviário, hidroviário e energético, o que vai permitir intenso acesso a várias partes do interior do espaço amazônico para a exploração dos seus recursos. Agora ocorre uma diversidade de recursos explorados ao mesmo tempo por grandes empresas mineradoras, de petróleo e gás, madeiras e da área agropecuária, sobressaindo, em alguns períodos, a exploração de certos recursos em relação a outros, sendo também pontuais algumas explorações devido à ocorrência apenas em algumas partes. O marco desse novo momento pelo qual passa a região é a abertura de estradas, as quais se tornam importantes e fundamentais como rotas de acesso aos recursos estratégicos e permitem a dinamização das relações comerciais intrarregionais e extracontinentais (ligação intraoceânica) (Nunes, 2018).

A região Amazônica recebe atenção e investidas frenéticas mundialmente por *commodities* e fontes de energia, o que gerou uma rápida expansão no uso de terras agrícolas para a produção de grãos e biocombustíveis, na construção de grandes barragens e nas atividades de mineração em todo o espaço amazônico. Houve, assim, uma transformação desse espaço em uma nova fronteira global impulsionada pela construção de megaprojetos de infraestrutura³ e extrativistas, os quais operam com capitais públicos (principalmente no caso dos primeiros) e capitais privados (característica dos segundos). Os megaprojetos aceleram sua expansão na Amazônia por meio de acordos bilaterais entre países e no âmbito de tratados e acordos de livre-comércio, os quais se dão por meio do controle dos processos concessionários e contratuais. Assim, os megaprojetos, especialmente os extrativistas, tornam-se parte das políticas de exportação e comércio dos países amazônicos e representam uma fonte de renda cada vez mais importante para os Estados. A região passa a ser palco de exploração de grandes empresas multinacionais (Vale, Norsk Hydro, Alcan, entre outras), as quais, além de marcar a intensiva retirada dos recursos, são as principais responsáveis pelos impactos socioambientais na escala geográfica da Pan-Amazônia (Little, 2013).

2 DA CHEGADA DOS EUROPEUS À FRAGMENTAÇÃO DA PAN-AMAZÔNIA

A análise bibliográfica revela que a configuração socioeconômica e espacial da Pan-Amazônia teve suas origens nos primeiros dias de fevereiro de 1500, quando foi descoberta pelo navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón (1462-1514). Ao entrar na foz do Amazonas, sem saber ainda as características geográficas do rio que havia descoberto, Pinzón tomou posse do território em nome da

3. Nos setores de transporte e de energia elétrica estão concentrados os megaprojetos de infraestrutura. A construção de estradas ainda é o principal investimento para adentrar mais facilmente o interior da floresta amazônica a fim de explorar seus recursos e, por consequência, destruí-la.

coroa espanhola. As primeiras notícias sobre as novas terras, chegando à Europa acompanhadas das lendas do El Dorado e das índias guerreiras, provocaram logo o interesse de países e aventureiros em busca de riquezas, os quais iniciaram expedições para conhecê-las, estudá-las e explorá-las que não pararam mais (Ribeiro, 2005).

A parte da Pan-Amazônia descoberta tratava-se apenas da região litorânea, em especial a foz do rio Amazonas. A parte interior somente seria conhecida pelos europeus por meio da expedição de Francisco de Orellana (1511-1546), o qual percorreu o rio da nascente para a foz, entre 1541 e 1542. A empreitada se concretizou por conta do desejo dos espanhóis de descobrir o território além da muralha que a cordilheira dos Andes formava, depois de terem conquistado o Império Inca, na costa do Pacífico – território que Orellana sabia pertencer à Espanha por força do Tratado de Tordesilhas. No entanto, o objetivo mais específico era uma especiaria de grande valor comercial, a canela, e também encontrar o El Dorado, reino fabuloso pela riqueza em ouro que se dizia possuir.

Essa viagem teve grande impacto sobre o futuro da Pan-Amazônia. As descobertas das dimensões fantásticas do rio Amazonas levaram a coroa da Espanha a reconhecer como seu todo o território percorrido por Orellana, ou seja, toda a região cujas terras estavam a oeste do meridiano do Tratado de Tordesilhas, as quais Yáñez Pinzón havia amealhado para a coroa de seu país. Ademais, os relatos de viagem sobre o descobrimento do rio grande das Amazonas despertaram o interesse não só de espanhóis para as riquezas da região, mas dos demais povos europeus, o que se configurou como marco inicial da revelação da Pan-Amazônia para o mundo. A partir de então, alemães, franceses, ingleses e irlandeses passaram a ver com cobiça a região descoberta e a disputar com espanhóis e portugueses as riquezas do território.

De início, praticamente toda a Pan-Amazônia pertencia à coroa espanhola por força do Tratado de Tordesilhas, o qual dividia as terras descobertas no novo mundo entre as duas potências da época, Espanha e Portugal. Por esse tratado, somente uma pequena franja costeira da região pertencia a Portugal, cujo limite ocidental chegava apenas até a ilha de Marajó na desembocadura do Amazonas. Portugal e Espanha eram potências absolutas nos séculos XV e XVI, mas já vislumbravam suas hegemonias serem ultrapassadas pelas novas potências que surgiam no cenário mundial, como França, Holanda e Inglaterra, as quais também consagraram mais tarde suas participações no mapa da Pan-Amazônia, nas Guianas. A fragilidade das duas coroas ibéricas se intensificava pelo fato de não disporem de condições materiais nem demográficas para efetivar a ocupação e colonização de toda a vasta região. Como tentativa de manter o domínio sobre toda a região,

portugueses e espanhóis incentivaram as ações missionárias, bem como estreitaram relações de apoio.

Segundo Souza (2013), foi com a união das duas coroas, conhecida como União Ibérica (1580-1640), que a Pan-Amazônia começou de fato a ser colonizada. As coroas da Espanha e Portugal foram reunidas sob a tutela da dinastia espanhola dos Habsburgos. Durante esse período, toda a região amazônica ficou sob domínio direto dos espanhóis, e todos os territórios conquistados, sob domínio dos portugueses, indiretamente. O período também marcou os maiores avanços das expedições portuguesas para além do meridiano do Tratado de Tordesilhas (1494), ainda em vigor, apesar da união das coroas. Portugal se tonara o maior interessado nessa união, assumindo o objetivo de ocupar partes da região para além do seu então limite.

Durante o período da União Ibérica, Portugal realizou grandes investidas para expandir sua área de ocupação na região. A decisão política de ocupar a foz do Amazonas a partir do estado do Maranhão ocorreu em 1615 – uma expedição, constituída e comandada por portugueses, foi designada para realizar as operações de expulsão de invasores. Quando da separação das duas coroas, em 1640, Portugal tinha grande parte da Amazônia como sua, o que reclamava por força das disposições constantes da ata da povoação franciscana que Pedro Teixeira (1585-1641) mandou lavrar. Nela, declarava que as terras do interior da região pertenciam à sua pátria, resultado das ações realizadas para garantir a posse e estender o território, pelos portugueses, no período de 1636-1637.

Tratava-se, entretanto, de um ato formal; pelo Tratado de Tordesilhas, praticamente toda a Pan-Amazônia ainda pertencia à Espanha e encontrava amparo no direito internacional público vigente à época, assinado entre as monarquias europeias ou administrado pelo poder temporal do papa. No entanto, os portugueses não aceitavam o domínio dos espanhóis sobre a região, com os quais iniciaram uma longa disputa pelas fronteiras. A pacificação só veio em 1750, com a assinatura do Tratado de Madri. Enquanto isso, os portugueses, de fato, já ocupavam grande parte da Pan-Amazônia, mas, do ponto de vista jurídico-formal, a região ainda permanecia sob o domínio da Espanha.

A insatisfação de ambas as coroas com essa situação era muito grande, o que gerou um quadro de conflitos latentes que se exprimia, com frequência, em pequenos incidentes. Do lado espanhol, a mobilização por ocupação da região continuava precária em termos militares, devido a sua maior preocupação de dominar outras partes da América, direcionando suas ações para a Amazônia, por meio das intervenções missionárias. Por seu turno, os portugueses desenvolviam uma estratégia de ocupação efetiva da região por meio da colonização realizada em pontos escolhidos ao longo do rio Amazonas, preferencialmente na

foz dos seus gigantescos afluentes. Em pontos estratégicos foram sendo construídas fortificações militares, às quais se somavam o apoio das ações missionárias, que estendiam a ocupação.

As tentativas das coroas ibéricas de negociar e definir suas áreas de controle e o limite de suas fronteiras amazônicas só se concretizaram, embora parcialmente, em meados do século XVIII, mediante a negociação dos tratados de Madri, em 1750, e de Santo Ildefonso, em 1777, quando da conformação das comissões de limites criadas para esse fim. Esses tratados pretendiam substituir o Tratado de Tordesilhas, mas não conseguiram se aperfeiçoar e acabaram arquivados. No entanto, apesar de não alcançar sua finalidade, as comissões tiveram um grande significado na atual configuração dos espaços fronteiriços da região. Constituíram, em grande medida, o avanço oficial das frentes de colonização imperiais e, mais tarde, nacionais, modelando as atuais fronteiras.

A configuração das fronteiras amazônicas entre Espanha e Portugal expressa a construção de dois mundos contrastantes, de duas maneiras de ocupação, expansão e controle territorial e de dois modelos diferentes de organização social, política e econômica. Em contraste com o apoio recebido de Portugal em seu avanço expansivo na região, do lado espanhol se governava com poucas investidas, com negativas de enviar soldados para consolidar a fronteira missionária espanhola na região. Por sua vez, ocorria o estabelecimento de fortes militares fronteiriços do lado português, o que não deixava dúvida sobre os tipos de mecanismos que utilizaram para assegurar o controle do espaço conquistado. No modelo português de ocupação, a presença missionária cumpria uma função subsidiária e complementar, diferentemente do que acontecia no lado espanhol.

Essa situação representou um sério problema para a questão jurídica de delimitação da fronteira na Pan-Amazônia entre as repúblicas sul-americanas do Alto Amazonas, quando, no final do século XVIII, se consolida uma fratura que deu origem à grande divisão da região. A expulsão das ações missionárias da Amazônia portuguesa, em 1759, e da Amazônia hispânica, em 1767, acabara prejudicando, em maior medida, os avanços da coroa espanhola. O abandono dos povos das missões criadas, especialmente aquelas pelos jesuítas, não só significou o desmantelamento da fronteira hispânica como anunciou, com bastante antecipação, a derrubada do estabelecimento colonial espanhol em parte da Pan-Amazônia. A expulsão das ações missionárias dos domínios amazônicos também foi consequência das tentativas de implementar as reformas pombalinas, do lado português, e das bourbônicas, do lado espanhol, o que, mais tarde, levaria ao surgimento dos Estados-nações e às divisões da Pan-Amazônia entre esses Estados.

As divisões do espaço amazônico estiveram associadas às revoluções de independência que deram origem às novas entidades nacionais, em um longo processo

que se desenrolou durante a primeira metade do século XIX, com o surgimento das repúblicas bolivarianas, de um lado, e do nascimento do Brasil como império separado de Portugal, de outro – o que se manteve quase até o final do século XIX, quando do surgimento da República brasileira. Por conta disso, o vasto território amazônico herdado pela nova República, diferentemente das repúblicas andinas, não perdeu a sua unidade, o que facilitou as negociações pontuais para anexar algumas áreas em disputa. No entanto, as novas repúblicas segregadas do império espanhol, em decorrência da formação de lideranças regionais, desmembravam-se com as guerras de independência e as subsequentes guerras políticas internas e nacionalistas com seus vizinhos, gerando intensas negociações em torno dos limites amazônicos.

De acordo com Gonçalves (2001), a delicada posição das metrópoles coloniais em face da região amazônica foi transferida aos novos Estados que surgiram com o fim do jugo colonial. Portugal logo criara uma administração territorial específica para dar conta da sua parte amazônica. Por sua vez, as novas entidades nacionais geradas pelo desaparecimento do estabelecimento colonial hispânico tiveram de abrir duas frentes de ação para empreender não só o desafio de delimitação entre si, como também a delimitação com o Brasil. As novas nações deveriam enfrentar o fato de que a delimitação dos territórios amazônicos e sua nacionalização não faziam parte dos interesses das elites crioulas.

A essa questão somava-se o fato de que a Espanha não fazia leis para países separados, mas sim para administrar as colônias americanas como um todo; por isso, havia pouquíssima precisão em relação às fronteiras, que na realidade não existiam. Tal fato se agravava na região amazônica, uma vez que o despovoamento sistemático, devido à escravidão, criou um deserto em que habitavam pequenos grupos indígenas que se orientavam pelo pertencimento a clãs ou comunidades, não por vagos pertencimentos nacionais. Dada a situação não esclarecedora das fronteiras amazônicas, cada país elaborou cartografias nas quais reivindicava, no papel, enormes territórios dos quais somente tinha notícias muito imprecisas. Isso gerou enfrentamentos entre os países, sendo mais emblemático o caso do Equador e do Peru, que disputavam, simultaneamente, a antiga província de Maina – praticamente toda a região amazônica ao ocidente dos rios Madeira e Negro (Dominguez e Gómez, 1990).

Pouco a pouco, ao longo da primeira metade do século XX e depois de intensos conflitos e processos de negociação política e diplomática, as nações andino-amazônicas foram estabelecendo suas respectivas jurisdições sobre seus territórios amazônicos. A demarcação completa da Amazônia andina só aconteceu na última década do século XX, com o fim do longo conflito entre Peru e Equador, ao acordarem a delimitação definitiva da cordilheira do Condor,

na Alta Amazônia de ambas as nações, logo depois que as Guianas se somaram ao processo descolonizador americano iniciado no final do século XVIII, a única exceção do território ultramarino francês que ainda subsiste.

Durante o processo de delimitação das fronteiras, as buscas por látex e sua exploração desempenharam um papel importante do lado dos territórios amazônicos andinos. Ao converter as fronteiras amazônicas em fronteira de recursos, tais explorações produziram situações em que, na maioria dos casos, foram mais efetivas do que as decisões jurídicas. Os exploradores, interessados em manter seus interesses pessoais, se converteram em verdadeiros defensores dos interesses nacionais. Traçaram mapas, mantiveram seguranças de fronteira pagas com seus próprios recursos, elaboraram informes pormenorizados sobre as situações fronteiriças, se opuseram às investidas de outros países vizinhos pela exploração de gomas e mão de obra e, em alguns casos, realizaram estudos pormenorizados, históricos e jurídicos, sobre direitos territoriais amazônicos. Os interesses dos exploradores de látex convertiam-se no interesse geral e pressionavam o Estado para assumir, como tal, a negociação internacional de fronteiras para preservar esses interesses.

De maneira geral, a definição das jurisdições nacionais na Pan-Amazônia – tanto da herança hispânica como da portuguesa, e, em menor medida, a das Guianas – foi orientada pela questão da soberania territorial, acompanhada e reforçada com o deslocamento e a implementação de rudimentares políticas públicas setoriais, desenvolvidas de maneira incipiente e precária, convertendo as “Amazônias” em periferia de cada um dos novos Estados-nações. Em maior ou menor grau, essas políticas buscaram reforçar a ideia da soberania nacional em suas respectivas “Amazônias”, a partir de programas de deslocamento ou reforço da presença militar e da colonização e ocupação dessas novas periferias nacionais (Zárate Botía, 2015).

De maneira geral, todo o processo que se desenvolveu, e continua em andamento na grande bacia amazônica pela disputa da região e seus recursos, vai se conformando como uma resposta aos interesses extrarregionais. Dessa maneira, foi se adequando juridicamente um espaço para poder submetê-lo melhor à economia extrativista e não para o bem-estar da sua população local. A atuação interna tem se caracterizado pela mesma forma como ocorreu no período colonial, com a organização de regiões para a exploração e o enriquecimento dos detentores do poder político, econômico, tecnológico ou militar, externos à Pan-Amazônia.

3 A ECONOMIA EXTRATIVISTA NA PAN-AMAZÔNIA E SEU PAPEL NAS ATRAÇÕES POPULACIONAIS

A economia extrativista tem sido e continua sendo uma constante básica na Pan-Amazônia, o que desde o século XVI tem servido para obter produtos e mão de obra que passaram a enriquecer os centros de poder colonial e os países centrais que hoje exploram suas riquezas. As investidas de exploração têm ocorrido no sentido de tirar riqueza, porém não estabilizar ou criar riqueza. De acordo com Dominguez e Gómez (1990), os vários momentos de exploração da Pan-Amazônia demonstram a incapacidade de reverter para a região a riqueza que nela se cria. Depois de passado cada processo extrativo que se produziu, a região fica ainda mais pobre que antes, com seus recursos superexplorados ou esgotados, a população indígena dizimada e os povoados deixados ao abandono, à espera de um novo ciclo que os tire da “ruína”.

O ciclo do extrativismo, desde o período colonial, se mantém em ritmo de exploração cada vez mais intenso desde as chamadas “drogas do sertão”, passando pela economia da quina (parte andina da floresta), pela exploração do látex, pelas madeiras até os recursos do subsolo (como minerais e petróleo), entre outros. Os empreendimentos extrativos, quase sem exceção, têm a região como um lugar entregue somente para a exploração, utilizando dos caminhos, estradas e rios para transportarem toneladas de produtos que gerarão milhões em dinheiro, deixando para a região um saldo social, econômico e ambiental negativo, permanecendo a triste realidade de mais retrocesso ao invés de avanços. Segundo a RAISG (2020), aproximadamente 66% da região encontra-se sob algum tipo de pressão ou ameaça por explorar os recursos da natureza. As áreas que sofrem maior pressão estão localizadas na parte periférica do grande bioma. Somente o desmatamento acumulado entre 2000 e 2018 alcançou 513.016 km². Pode-se considerar que as economias da borracha, da exploração madeireira e do subsolo foram as que mais causaram impactos na dinamização dos processos sociais e ocupação da Pan-Amazônia.

É com a exploração da borracha, com maior intensidade na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, que a Pan-Amazônia inevitavelmente sofrerá efeitos geográfico-políticos sobre suas estruturas territoriais. Durante esse período, em que se deslaçava a Segunda Revolução Industrial, desatou-se no mundo industrial uma enorme demanda por uma série de “gomas” da região, por suas características de isolamento elétrico, impermeabilidade e, sobretudo, elasticidade. O notável ritmo da indústria automobilística refletiu no aumento da indústria da borracha, a qual se expandiu consideravelmente nos Estados Unidos e Inglaterra, bem como na Alemanha, França, Itália e Rússia. Em decorrência disso, volumosos capitais, especialmente de agentes norte-americanos e ingleses, foram destinados para dinamizar a então modesta produção de borracha na região.

A economia do látex transformou profundamente o panorama local: rompeu o isolamento e buscou integrá-la ao mercado internacional. Um dos principais fatores de transformação foi o crescimento populacional, provocado pelas inúmeras levas de imigrantes que chegaram atraídos pelas riquezas do látex e pela oferta de mão de obra (Dominguez, 1994). A grande demanda pela borracha amazônica ocorreu em dois momentos: do final do século XIX (1880) até 1912, quando alcançou, em todo o período, o seu auge de produção; e durante a Segunda Guerra Mundial, especificamente entre 1942 e 1945. Entretanto, se de um lado a borracha se inscrevia no coração das máquinas da nova etapa da Revolução Industrial, por outro esteve associada a uma das mais brutais formas de opressão e exploração de que se tem notícia, expressa no endividamento infinito dos trabalhadores (Santos, 1980).

Como região abundante em borracha natural, a Pan-Amazônia se converteu em uma zona estratégica. Como resultado, foram fundados numerosos acampamentos e centros de coleta associados com a comercialização do látex. Isso significou, em muitas situações, a expansão e o desenvolvimento de muitas cidades, e, em outros casos, o início de povoados, e também permitiu a configuração de uma economia regional, muito mais dependente dos ciclos econômicos de cidades amazônicas emergentes (Meisel Roca, Bonilla Mejía e Sánchez Jabba, 2013). Contudo, apesar de a economia da borracha ser propagada como um período áureo, a região não enriqueceu – o valor produzido se concentrou em lugares pontuais da região, com maiores desdobramentos na Europa e nos Estados Unidos, sede das grandes firmas internacionais.

O ciclo de exploração do látex não conseguiu sustentar-se como atividade de rentabilidade vantajosa pós-1945 (devido ao suprimento das grandes indústrias pela borracha sintética), perdendo então a liderança das atividades econômicas na região (Cardoso e Muller, 1978). Chega ao fim, na região amazônica, a economia baseada principalmente na exploração da borracha, cujo segundo momento de forte exploração é muito mais curto do que o primeiro. No entanto, diferentemente do primeiro, a dinâmica da região encontra-se mais articulada e interligada com os centros comerciais, o que possibilitou o direcionamento de esforços, infraestruturas e capitais para a exploração de outros recursos.

Após 1945, o panorama da região amazônica caracterizou-se pela diversificação, na exploração de outras atividades mercantis. Com isso, os acréscimos populacionais ocorridos nos anos anteriores vão se desvinculando da extração do látex, ligando-se a outros produtos demandados pelos mercados mundial, nacionais ou regionais, como os minérios, a pecuária, o petróleo, a castanha, a agricultura, entre outros. A partir de então, surgem novas culturas comerciais e ocorre a formação de grandes empreendimentos, especialmente minerais e

pecuários. Essas novas atividades já estavam presentes, mas em menor intensidade e quantidade na região a partir dos anos 1920-1930, quando as frentes agropecuárias, minerais e madeireiras penetravam os enormes vãos das organizações extrativistas de látex.

Os grandes capitais privados, tanto nacionais quanto internacionais, ditam a exploração de minérios e da terra, abrindo os espaços para uma nova forma de dinâmica de ocupação e exploração dos recursos na região. A partir desse novo contexto, a região recebe mais ondas de migrações, principalmente por meio dos projetos de colonização agrícola que os Estados nacionais promoveram nesse período. Seu interesse na região coincide com os dos setores internacionais e nacionais. As vias terrestres se conformam como rotas imprescindíveis desse novo momento de devassamento da região, somando-se às rotas fluviais. São as estradas que vão dando novo tom na distribuição ocupacional da região, as quais vão sendo abertas de acordo com as rotas de exploração dos recursos e segundo os critérios geopolíticos de povoamento.

É o momento em que a região vai vivenciar o espetacular crescimento da sua população e dos programas de desenvolvimento intensivo de inspiração por parte dos Estados e internacionalmente. Do uso intensivo dos rios passa-se ao maior uso das vias terrestres em decorrência do foco agora direcionado para a exploração do subsolo da região, na busca de matérias-primas como ferro, cobre, bauxita, petróleo, entre outros. A exploração de minerais ganha maior intensidade na região com o aumento do preço no mercado internacional, especialmente do ouro e alguns minerais chamados de estratégicos. As grandes reservas de minérios chamam atenção dos grandes capitais internacionais, os quais passam a investir pesadamente em grandes plantas e projetos (construção de hidrelétricas e rodovias, empresas de exploração mineral, produção agropecuária) na busca e retirada desse recurso em vários pontos da região. Essa nova fase de explorações provoca maior dinamização de ocupação, uma vez que se configura pela demanda de uma complexa e pesada infraestrutura de transportes, comunicações e energia e que se articula de modo mais intenso com a divisão nacional/internacional do trabalho.

No entanto, a intensiva atividade de exploração dos recursos na região ocasionou o aumento do desmatamento por conta da forma predatória de extração. Isso despertou a preocupação da sociedade quanto ao futuro da grande floresta caso o ritmo de exploração continuasse da maneira como vinha se realizando. Até o final da década de 1990, predominou a forma intensiva e predatória dos recursos da região amazônica, com o aval e apoio diretamente do Estado por meio de grandes subsídios financeiros, o que provocou na região a construção de grandes infraestruturas e maior povoamento da região, por um lado, e a devas-

tação ambiental e os conflitos sociais, por outro. A partir de então, novas formas de atuação e articulação na exploração dos recursos naturais da região, com base na exploração e no uso sustentável, tornaram-se as grandes bandeiras tanto dos Estados nacionais como da comunidade internacional.

Em fins do século XX, a pressão internacional, por meio de entidades sociais e ambientais, preocupada em grande medida com a devastação da floresta, levou a uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento que se reproduzia e se mantinha na região. A valorização da vida, a descoberta de novos materiais e procedimentos tecnológicos, menos consumidores de energia e matéria-prima, e a consciência ecológica ensejaram novas perspectivas para o desenvolvimento e a exploração da região, o que, a partir de então, tem orientado as novas dinâmicas de ocupação e usufruto dos recursos naturais.

4 ESFORÇOS POR UMA INTEGRAÇÃO DA PAN-AMAZÔNIA

O gigantismo territorial, natural e cultural da Pan-Amazônia possibilita vantagens e desvantagens. Por um lado, o culto ao mítico, ao lendário, e seus encantos e belezas despertam curiosidades e desejos de conhecê-la e senti-la de perto, assim como também as ambições por usufruir dos recursos presentes na região. No entanto, por outro lado, a complexidade geopolítica da biodiversidade e dos ecossistemas torna-se um gigantesco desafio no encontro de soluções econômicas e ambientalmente sustentáveis para as mais diversas questões suscitadas em diversas áreas que pensam o desenvolvimento da região em compatibilidade com as características locais. Isso tudo fica mais delicado com o distanciamento entre os países que integram a região, o que tem resultado em um nível de diálogo e cooperação técnica e diplomática tênue e muito distante das demandas das populações da região (Silva, 2015).

Como resposta às ações predatórias dos grandes empreendimentos, especialmente dos projetos de exploração mineral e agropecuários, muitos países amazônicos têm se empenhado por mais bem usufruir o aproveitamento do potencial estratégico dos recursos presentes na Pan-Amazônia. Suas ações buscam não só proteger os recursos, mas, sobretudo, alinhar a exploração com o desenvolvimento socioeconômico, com um esforço pautado no processo de integração da região. Tal processo, assim como suas práticas, é relativamente recente quando se considera todo o tempo de divisão espacial, territorial e social pelo qual passou toda a região durante o período colonial.

Se entre os séculos XVI e XIX a Pan-Amazônia passou por longas disputas, o que levou a um processo de fragmentação da região em vários países, em que cada Amazônia nacional permaneceu por muito tempo longe das agendas de discussões políticas e econômicas de cada nação amazônica, a realidade que se

impôs a partir da segunda metade do século XX em diante foi outra. A região passou a receber novos olhares em decorrência de seus recursos, o que provocou, por parte dos países que possuem parte da Amazônia, o direcionamento de políticas primeiramente em um contexto de integração nacional aos respectivos países e, posteriormente, aproximações de integração da Pan-Amazônia.

Essa necessidade de aproximações ocorre em virtude das acelerações da globalização multidimensional que se intensificam a partir de meados do século XX, as quais têm produzido um conjunto de mudanças e arranjos institucionais nos diversos espaços geográficos do globo terrestre. Com isso, a preocupação com a importância dos biomas tropicais e o papel estratégico da Pan-Amazônia no contexto da economia global e do desenvolvimento tecnológico contemporâneo – sobretudo nas últimas décadas, em razão do agravamento da crise ecológica mundial e o reconhecimento de que o desafio do desenvolvimento sustentável é buscar a harmonia entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental – têm criado um cenário favorável entre os países que compartilham a soberania dessa região, no sentido de propor ações coletivas de gestão integrada, que maximizem potencialidades e valoração de capital natural e social.

Os caminhos traçados para alavancar a promoção da integração e do crescimento econômico da região perpassam pelo incentivo de alguns projetos, especialmente hidrorrodoviários, em acordo com as características geográficas específicas da região. Decorrem também da criação de polos, alguns históricos, outros inovadores, planejados e pensados como parte de políticas públicas, projetos de infraestrutura de comunicação e transporte e promoção de uma educação ajustada às assimetrias locais. Compatibiliza-se, assim, a exploração dos recursos com a preservação ambiental e dos direitos das populações nativas e não nativas que há muito tempo habitam a região (Batista, 2007). Entretanto, a realidade da Pan-Amazônia demonstra a fragilidade e as contradições que as políticas de integração ainda não alcançaram.

O grande e principal marco no processo de integração da Pan-Amazônia foi a assinatura do TCA, firmado em 3 de julho de 1978 em Brasília, com a finalidade de promover ações conjuntas para o desenvolvimento harmônico e a defesa da região. O tratado postulou a necessidade de fundar as bases de um desenvolvimento regional integrado, com crescimento econômico e preservação ambiental, que possibilitaria a integração física e administração de problemas comuns dos países da bacia amazônica. O TCA foi assinado pelos oito países da região – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname. O texto apresenta dois princípios fundamentais, soberania e proteção da natureza, com propostas para atuação nas áreas de comércio, infraestrutura física, navegação,

cooperação em setores como educação e saúde, e proteção dos povos indígenas (Nunes, 2015).

Segundo a Sufframa (2014), entre os objetivos do TCA estão, para além do reconhecimento da dimensão transfronteiriça da Amazônia, a cooperação regional para o incremento da pesquisa científica e tecnológica; o intercâmbio de informações; a liberdade de navegação; e o estabelecimento de infraestrutura de transporte e comunicação voltada para a promoção do desenvolvimento harmônico da Amazônia e a incorporação de seus territórios às respectivas economias nacionais, uma forma de manter o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente (OTCA, 2019).

Os principais fatos que favoreceram o diálogo de cooperação entre os países amazônicos foram: i) os litígios territoriais pendentes; ii) a crise energética mundial; iii) o movimento ambientalista em ascensão e a realização de conferências de âmbito global, a exemplo da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, em 1977; e iv) a busca de apoio mútuo para a condução dos projetos nacionais de exploração econômica da Amazônia. O TCA não se limitou apenas à participação dos países amazônicos, abrindo espaços de ações conjuntas com outras entidades, com especial destaque para as organizações latino-americanas. Por consequência, a Organização dos Estados Americanos (OEA) tem desenvolvido ações na região com a criação de programas específicos, a exemplo do Projeto Plurinacional de Cooperação Amazônica e do Projeto Desenvolvimento Sustentável de Áreas Fronteiriças na América do Sul.

Entretanto, apesar da relevância geopolítica da Amazônia e os interesses voltados para a região, o TCA permaneceu por um longo período longe de alcançar na realidade as suas postulações (Aragón, 2001). Quando da assinatura do tratado, os países envolvidos encontravam-se mais direcionados para questões internas, deixando o TCA em um segundo plano. Porém, no final dos anos 1980 e durante a década de 1990, com o aumento das pressões internacionais referentes ao meio ambiente e às mudanças no cenário internacional (Guimarães, 1992), assim como nos países da região, em termos políticos e econômicos ocorreu um processo de revalorização do tratado. Buscou-se, dessa forma, ganhar credibilidade no cenário internacional em resposta às críticas de caráter ambiental e aproveitar o debate ecológico na ocasião a fim de captar recursos.

O tratado passou por algumas reformulações para alcançar maior amplitude e mais eficiência para captar recursos internacionais. Por conta disso, novos pontos foram acrescentados no projeto na década de 1990, celebrando em 14 de dezembro de 1998, em Caracas, o protocolo de emenda ao TCA, criando, em 2002, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), entidade

dotada de personalidade jurídica e competente para celebrar tratados com Estados e organismos intergovernamentais (OTCA, 2019). Segundo Quiroga e Marcovitch (2003), a elevação à categoria de organização proporcionou a intensificação das integrações regionais e as participações de países amazônicos em diversos organismos internacionais.

Para Silva (2008), a emergência da OTCA configura um avanço nas preocupações dos países em reafirmar a soberania sobre a maior reserva natural do planeta. Ela projeta-se no enfrentamento da crise ambiental contemporânea, na redução das assimetrias e na integração regional com segurança humana e promoção do desenvolvimento sustentável. Com isso, a OTCA tem um papel fundamental na construção de instrumentos normativos capazes de dar coesão aos princípios e políticas definidos nos marcos das negociações multilaterais dos países que conformam a Pan-Amazônia, contribuindo como instrumento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região. Mas é preciso esperar mais alguns anos para sabermos se os resultados acompanharam o que tem sido proposto. Um dos maiores desafios da OTCA talvez seja a interlocução com outras iniciativas de integração regional.

Outro importante mecanismo de integração da Pan-Amazônia são os projetos desenvolvidos no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), criada em 2000, mas aprovada apenas em 2004, como estratégia principal de investimentos. A iniciativa envolve doze países sul-americanos e prioriza a criação de eixos intermodais para desenvolver as áreas de transporte, energia e telecomunicações na região. A Pan-Amazônia é estratégica na concepção da IIRSA, fruto de um consenso sul-americano em virtude de decisões de governos e uma série de eventos econômicos e políticos acertados e ajustados previamente (IIRSA, 2011). Trata-se, na verdade, de uma iniciativa que busca a promoção de políticas comuns e fundamentais aos países da América do Sul que respondam às carências particulares dessa região (Honório, 2013). É uma aproximação de diálogos em prol de impulsionar o processo de integração política, social e econômica, com forte destaque para o fortalecimento da integração entre os países, quando o interesse maior visa ao progresso de áreas mais isoladas ou menos desenvolvidas economicamente.

A IIRSA tem como pauta central o objetivo pela promoção de obras de infraestrutura que interligassem fisicamente as principais regiões econômicas sul-americanas com o intuito de diminuir custos de transporte e circulação de mercadorias, visando ao aumento dos níveis de exportação intra e extrarregional. Segundo Castro (2012), a IIRSA caracteriza-se por ser um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimentos, articulada pela concepção de eixos de integração e investimento em três setores estratégicos: transporte, energia e

comunicação. São, ao todo, dez eixos que recobrem o continente, distribuídos em 544 projetos (IIRSA, 2019). Do total de eixos, três estão direcionados para a Pan-Amazônia e atendem ao interesse pelas vias de transporte (estradas, ferrovias, rios) do Atlântico ao Pacífico: o eixo Amazonas (com conexões de acesso à hidrovia do Solimões-Amazonas, acesso à hidrovia do Ucayali e rede de hidrovias amazônicas); o eixo do Escudo da Guiana (com interconexão Guiana-Suriname-Guiana Francesa-Brasil, interconexão Venezuela-Brasil e interconexão Brasil-Guiana); e o eixo Brasil-Peru-Bolívia (atendendo o corredor Porto Velho-Rio Branco-Assis-Porto Maldonado-Cusco/Juliaca-Portos do Pacífico-Brasil-Peru, o corredor Rio Branco-Cobija-Riberaalta-Yucumo-La Paz-Brasil-Bolívia e o corredor fluvial do rio Madeira-Madre de Dios-Beni-Brasil-Peru) (IIRSA, 2011).

O eixo Amazonas conta com 57 projetos (envolvendo transporte, energia e comunicação), o eixo do Escudo da Guiana, com 25 (envolvendo transporte e energia), e o eixo Brasil-Peru-Bolívia, com 23 (com projetos no setor de transportes e energia) (IIRSA, 2019).

No entanto, apesar das intenções e dos esforços em prol da integração da Pan-Amazônia, a IIRSA não tem forjado nenhum arranjo inovador de integração na região, continuando as ações de intervenção estatal e privada ocorrendo no âmbito de cada interesse político e econômico, por parte de cada país, com pouca coordenação conjunta que efetive os avanços propostos na iniciativa. De acordo com Castro (2012), os processos de integração da região ainda se apresentam de forma lacunosa e pouco crítica, sendo possível a percepção de diferenças entre o discurso dos planejadores e um projeto histórico de integração que recomponha as relações sociais e culturais, não apenas econômicas. Os alcances da IIRSA para a região, até o momento, podem ser resumidos em dois pontos: i) o mapeamento dos principais gargalos e oportunidades em termos de infraestrutura dos países da região; ii) e o desenvolvimento de novas metodologias para o planejamento territorial e de ferramentas técnicas que podem auxiliar os governos no desenvolvimento de suas obras.

A iniciativa ainda não tem conseguido desenvolver os meios de financiamento multilaterais dos projetos, algo associado à baixa capacidade de endividamento dos países. Além do mais, os projetos no âmbito da IIRSA estão sendo muito questionados pelos povos da Pan-Amazônia, uma vez que a maior parte dos projetos de infraestrutura implica grandes intervenções (rodovias, hidrovias, barragens e outras) sem considerar os interesses das populações locais. Trata-se de uma estratégia que visa mobilizar uma integração de mercado, em atendimento às necessidades de grandes empresas e fazendas, sem levar em consideração os prejuízos socioambientais ocasionados pelas intervenções na região, o que tem

revelado a ineficácia de muitos projetos em termos sociais e ambientais. Diante desses pontos, considera-se que ainda são muitos os desafios das políticas que visam à integração da região, em atendimento às necessidades específicas das populações locais e da capacidade ambiental da região.

De maneira geral, podemos argumentar que os impulsos em favor da integração regional da Pan-Amazônia estão muito relacionados à proliferação de propostas para a construção e implementação de megaprojetos em várias partes da região. Os avanços nos acordos comerciais ditam o ritmo de expansão e espacialização dos grandes projetos. Não se trata apenas de uma integração na esfera da economia, da política, cultural, mas também de uma integração física, a conectividade por meio principalmente de rede rodoviária integrada, conectando o oceano Atlântico ao oceano Pacífico. Conforme a expansão rodoviária se estende pela região, os megaprojetos também avançam, especialmente os de infraestrutura, concentrados nos setores de transporte e energia elétrica, financiados principalmente por fontes públicas, por meio de bancos nacionais de desenvolvimento ou por parte dos bancos multilaterais de crédito. Seguindo essa categoria estão os megaprojetos extrativos, concentrados nos setores de petróleo e mineração, financiados e constituídos por grandes empresas privadas nacionais e multinacionais, que representam uma fonte cada vez mais importante de receita para os Estados (Little, 2013).

São os grandes capitais privados, tanto nacionais quanto internacionais, que vão ditando a exploração de minérios e da terra, abrindo os espaços para uma nova forma de dinâmica de ocupação e exploração dos recursos da Amazônia. A abertura e a construção de estradas têm ocasionado grandes processos de mudanças no uso e na exploração do espaço amazônico, utilizados tanto para o transporte de mercadoria e matérias-primas para os portos quanto na maior articulação do comércio regional, apresentando-se como importantes vias de acesso na região. Entre 2012 e 2020, a densidade das estradas aumentou 51% (RAISG, 2020). Entretanto, embora as estradas gerem o desenvolvimento do comércio e de algumas dinâmicas sociais, elas também têm sido responsáveis pela ocupação desordenada na região, o que tem impulsionado mudanças socioambientais em termos negativos, principalmente no que diz respeito à exploração ilegal de madeiras, minerais, fauna, na expansão das atividades agropecuárias entre outras.

Entre a gama de megaprojetos exploradores das riquezas naturais na Pan-Amazônia⁴ pode-se contabilizar a cifra de 833 projetos hidroelétricos, concentrados principalmente nas cabeceiras da bacia. A maior parte de tais projetos está concentrada na Amazônia brasileira (52%) e na Amazônia equatoriana (18%). Seguindo a lista, tem-se a exploração petrolífera, que ocupa, em termos de lotes

4. Vale ressaltar que estão inclusos nos números os megaprojetos já ativos ou em fase de construção/planejamento.

petroleiros (369), 9,4% da superfície amazônica. A maior parte de tais lotes está localizada na Amazônia andina (Bolívia, Colômbia, Peru e Equador), sendo a Amazônia equatoriana a que possui maior superfície destinada à atividade petrolífera (51,2%). A mineração também integra o leque dos megaprojetos – está presente em todos os países, afetando 17% da região. Quatro são os países que concentram o desenvolvimento da atividade mineradora: Brasil, Venezuela, Guiana e Peru. A Amazônia brasileira é a que mais concentra áreas de interesse para a atividade de mineração na região (75%). Outra atividade que também tem sido de interesse dos megaprojetos é a agropecuária, tendo registrado, entre 2000 e 2020, aumento de 81,5% nas áreas destinadas para tal atividade, o que representa uma área de 647.411 km² transformada para uso agropecuário. Tal realidade a caracteriza como maior responsável pelo aumento do desmatamento na região (RAISG, 2020).

Para além dos megaprojetos exploradores dos recursos na região tem-se as atividades da economia ilegal (extração de madeira, mineração e cultivos ilícitos), as quais também têm sua participação no processo de conectividade regional, movimentando bilhões de dólares anualmente. Por não se configurar na cartografia oficial da região, as atividades ilegais não têm números sólidos, apenas seguem estimativas, mas representam significativas retiradas de recursos da região sem autorização ou por meio de documentos falsificados. De maneira geral, a magnitude e intensidade das explorações na região têm gerado impactos não só acumulativos, mas sinérgicos também, os quais causam alta deterioração das condições ambientais e avanços sobre as áreas protegidas e territórios indígenas, já impactando 52% desses espaços (RAISG, 2020). O desmatamento⁵ e os incêndios representam os maiores vilões da atualidade e da realidade amazônica, consequências do desdobramento da soma das atividades de exploração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Amazônia do século XXI os rios e as rodovias ainda permanecem como padrões de organização espacial na região, embora de forma contraditória, e os lugares apresentam tempo diferenciados e, portanto, organizações espaciais diversas. A Pan-Amazônia ainda é caracterizada por sua vasta riqueza em reservas naturais e biodiversidade, o que a torna uma região estratégica para os Estados-nações que integram parte dos seus territórios. Isso tem provocado a disputa por esses recursos por parte das grandes potências mundiais, o que também, por sua vez, vem levando os governos amazônicos, em defesa da região, a direcionar programas governamentais para um melhor aproveitamento em termos de articular os usos dos recursos em prol do desenvolvimento nacional em cada país. Em virtude

5. Só a atividade agropecuária é responsável por 84% do desmatamento na Amazônia, segundo as análises da RAISG.

disso, tais interesses têm provocado profundas mudanças e impactos na estrutura econômica, demográfica e ecológica, com as diversas intencionalidades de usufruto das florestas, da terra, das águas, dos minerais e da biodiversidade.

A economia extrativa continua na ordem do dia como uma constante básica na Pan-Amazônia, o que tem servido apenas para o enriquecimento dos grandes países centrais que exploram a região por meio de suas representações econômicas na região. As investidas de exploração têm ocorrido no sentido de tirar riqueza, porém não estabilizar ou criar riqueza. A tônica que tem marcado a exploração da região demonstra a incapacidade de reverter para si a própria riqueza nela criada. Após cada processo ou ciclo extrativo, a região fica mais desgastada do que antes, com seus recursos superexplorados ou esgotados, a população indígena dizimada e os povoados deixados ao abandono, à espera de um novo ciclo que os venha tirar da “ruína”.

Quanto à integração regional da Pan-Amazônia, acreditamos que não é um processo fácil, uma vez que a região se encontra rodeada por interesses múltiplos. Além disso, a complexidade geopolítica, a biodiversidade e os ecossistemas impõem gigantescos desafios à busca por soluções socioeconômicas e ambientalmente sustentáveis relacionadas às mais diversas questões. Isso se agrava pelo distanciamento entre os países que fazem parte da região, o que muitas vezes tem levado a um nível de diálogo e cooperação técnica e diplomática tênue, distanciada e ineficaz. As articulações em torno da integração regional devem ocorrer para além de relações comerciais pouco significativas regionalmente, com a construção de agendas desenvolvimentistas sólidas e de acordo com a realidade ambiental, sociocultural e econômica da Amazônia.

É preciso também que os interesses econômicos não estejam apenas embutidos disfarçadamente na grandiosidade dos megaprojetos, os quais tendem fortemente para a extração dos recursos sem os retornos desejáveis para a região em termos de investimentos para o desenvolvimento socioeconômico e preservação da natureza. Também as políticas ou programas pensados e estruturados pelos governos nacionais para o desenvolvimento da região devem considerar as realidades e especificidades locais uma questão muito importante para a manutenção das identidades culturais dos povos da floresta – afinal, embora a Pan-Amazônia seja um lugar único, tem suas diversas realidades. A realidade, enfim, é que os ecossistemas e povos da região vivem um momento crítico sem precedente em sua história.

REFERÊNCIAS

- ARAGÓN, L. E. Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro: PUC, v. 33, n. 1, p. 71-102, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292011000100004>>.
- _____. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, São Paulo: NERA, n. 42, p. 14-33, 2018.
- ASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, Salvador: ANPOCS, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.
- BATISTA, D. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Amazonia posible y sostenible**. Colombia: CEPAL, 2013. Disponível em: <http://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/folleto_amazonia_posible_y_sostenible.pdf>.
- CERVO, A. L. **Relações Internacionais da América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- COSTA, K. S. **Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia**: uma abordagem continental. [s.l.]: Flacso Brasil, jun. 2009. (Série Estudos e Ensaios).
- DOMINGUEZ, C. A.; GÓMEZ, A. **La economía extractiva en la Amazonía colombiana**: 1850-1930. Bogotá, Colombia: Tropenbos, 1990.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.
- HONÓRIO, K. S. **O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012)**: um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- IIRSA – INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA. **10 anos depois**: suas conquistas e desafios. 1. ed. Buenos Aires: BID-INTAL, 2011.
- LITTLE, P. E. **Megaprojetos na Amazônia**: uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia. 1. ed. Lima, Peru: RAMA, 2013.

MACHADO, J. A. C. **Objetivos de uma política externa do Brasil em relação à Amazônia**: proposta para discussão. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MEISEL ROCA, A.; BONILLA MEJÍA, L.; SÁNCHEZ JABBA, A. **Geografía económica de la Amazonia colombiana**. Cartagena de Indias, Colombia: CEER, out. 2013. (Documentos de trabajo sobre economía regional, n. 193).

NOGUEIRA, R. J. B. Territórios e fronteiras amazônicas. **Revista Sentidos da Cultura**, Belém: CUMA, v. 1, n. 1, p. 21-24, jul./dez. 2014.

NUNES, P. H. F. **A institucionalização da Pan-Amazônia**. 1. ed. Curitiba: Prisma, 2018.

PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 2, n. 56, p. 94-111, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n2/v56n2a06.pdf>>.

PNUMA – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE; OTCA – ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. **Perspectivas do meio ambiente na Amazônia**: GEO Amazônia. Panamá; Peru.

QUIROGA, A. A.; MARCOVITCH, J. **Lineamientos estratégicos para la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica**. Brasília: OTCA, 2003.

RAISG – RED AMAZÓNICA DE INFORMACIÓN SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA. **Amazonía 2015**: áreas protegidas e territorios indígenas – deforestación 2000-2013. [s.l.]: RAISG, 2015. Disponível em: <raisg.socioambiental.org/amazonia2015-deforestacion2000-2013>.

_____. **Amazonía bajo presión**. 1. ed. São Paulo: ISA, 2020.

RIBEIRO, N. F. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília: Senado Federal, 2005. (Edições do Senado Federal, v. 64).

SILVA, A. T. **Integração e cooperação na América do Sul**: o caso da OTCA. [s.l.], 2008. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT12/GT12_TeixeiraDaSilvaA.pdf>.

SILVA, O. M. A. Pan-Amazônia: cooperação e integração para o desenvolvimento. *In*: SILVA, O. M. A.; HOMMA, A. K. O. (Org.). **Pan-Amazônia**: visão histórica, perspectiva de integração e crescimento. 1. ed. Manaus: FIEAM, 2015. p. 37-84.

SOUZA, C. B. G. Geopolítica na Pan-Amazônia: territórios, fronteiras e identidades. **Revista GeoAmazônia**, Pará: PPGEQ, v. 1, n. 2, p. 59-84, 2013.

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Legislação da Amazônia**. Brasília: SUDAM, 13 out. 2020. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/index.php/fno/58-acesso-a-informacao/86-legislacao-da-amazonia>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

ZÁRATE BOTÍA, C. G. El largo e incierto camino de la integración fronteriza en la Amazonia. *In*: SILVA, O. M. A.; HOMMA, A. K. O. (Org.). **Pan-Amazônia: visão histórica, perspectiva de integração e crescimento**. 1. ed. Manaus: FIEAM, 2015. p. 435-448.

